



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A FAVELA BRASILEIRA E O GUETO SUL-AFRICANO: A ARQUITETURA DA EXCLUSÃO COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO DA IDENTIDADE E DA RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS

NATÁLIA FERNANDA FRANCISCO DUARTE¹

CELINA DE OLIVEIRA BARBOSA GOMES²

Resumo: A estereotipação atrelada aos moradores das favelas brasileiras e dos guetos sul-africanos está diretamente relacionada com o histórico processo de segregação sociocultural e étnico perpetrado pelo colonialismo, o qual incorreu em uma organização particular de cada um desses espaços. Essa organização se deu em diferentes áreas, inclusive na parte estrutural, caracterizando tipos peculiares de construções que, de certa forma, refletem os efeitos da ação discriminatória ainda existente nas sociedades modernas. Essa arquitetura da exclusão configura-se um incômodo para muitos dos moradores das ditas cidades formais (e para seus governantes), os quais veem nelas uma mácula em seu projeto urbanístico desenvolvimentista, desejando mesmo seu pronto desaparecimento. Mas o que eles não sabem é que tais aglomerações são o efeito colateral desse mesmo intento progressista há muito instanciado pelo colonizador; e que longe de sentirem a favela e o gueto como espaços de subalternação, muitos de seus moradores os tomam como reduto de empoderamento. Este trabalho pretendeu mostrar, de modo breve, como se constituem as estruturas físicas das favelas brasileiras em geral e dos guetos sul-africanos, de modo a configurarem a arquitetura da exclusão; isto, em função de destacar as similaridades históricas que esses territórios possuem, no que se refere ao seu passado de sujeição colonial. Este artigo buscou também evidenciar como a arquitetura peculiar dessas habitações caracteriza-se como uma das múltiplas manifestações da identidade e da resistência de seus moradores à constante tentativa de apagamento e minimização de sua presença e participação social. Para tanto, procedeu-se à revisão bibliográfica dos estudos de Araújo (2003), Goodwin (2011), Meirelles e Athayde (2014), Queiroz Filho (2015) e outros.

Palavras-chave: Favelas brasileiras; guetos sul-africanos; negritude e exclusão; identificação; resistência.

Introdução

Há muito tempo as favelas brasileiras são caracterizadas sob estereótipos como o da marginalidade, o da extrema pobreza e até mesmo o de uma subcultura ou de uma cultura estagnada (daí o uso recorrente do termo em inglês *slum*, que atrela a ideia de favela à violência, à pobreza e às drogas (GARRAHAN, JONES E OWUSU, 2015)), mas além dessas imagens, divulga-se sobremaneira a ideia de que a favela é povoada majoritariamente por negros e que boa parte deles está inserida nessa marginalidade. Algo similar acontece com a concepção dos guetos em alguns países africanos, como a África de segregação racial que separava negros e brancos, muitos guetos sul-africanos ainda são concebidos como lócus de miseráveis e rebeldes, reduto dos que



estão à margem do projeto desenvolvimentista pelo qual passa muitas nações africanas, como o país em questão.

Não obstante, então, a distância geográfica e mesmo cultural entre contextos como Brasil e África do Sul, pode-se dizer que os modos como se estabeleceram a favela e o gueto são muito próximos e possuem muita coisa em comum, a começar pelo passado de sujeição ao colonizador europeu que muito colaborou para a exclusão do negro – que, por conta disso, destinou-se às áreas marginais das aglomerações urbanas. Assim, sendo resultados da mesma discriminação, as favelas brasileiras e os guetos sul-africanos caracterizaram-se como símbolos das desigualdades sociais e, principalmente, étnico- raciais, bem como como o “efeito colateral” do progresso urbano insuflado pela ideologia capitalista difundida pelas grandes nações – primeiramente europeias e hoje pela potência americana, os Estados Unidos; um progresso que privilegiou e privilegia efetivamente uma pequena parcela da população. Essa caracterização expressou-se de forma peculiar nas organizações sociais, políticas, culturais e estruturais tanto das favelas quanto dos guetos, evidenciando uma identidade própria de cada um desses espaços; identidade esta que, inclusive, passou a ser discutida e ressemantizada na tentativa de desconstruir os estereótipos pejorativos atrelados a essas localidades.

No que se refere, então, à constituição, disposição e edificação física das favelas e dos guetos africanos, o presente trabalho buscou evidenciar a composição da arquitetura da exclusão, mostrando como as particularidades desses arranjos estruturais se justificam como consequências de um processo histórico de separação, apagamento e minimização social. Pretendeu, ainda, mostrar como, não obstante o caráter marginal – em todos os sentidos – atribuídos ao gueto e à favela, muitos de seus habitantes aderiram a um proselitismo local, a uma espécie de defesa e de orgulho estrutural emanado por um conjunto de vozes de resistência que se afinam justamente por partirem do mesmo local de fala; é o gueto e a favela que determinam, portanto, o tom de seus discursos.

A arquitetura da exclusão: a favela e o gueto



A favela brasileira: o mundo paralelo do morro ultrapassaria (cerca de 12 milhões) até mesmo o número de moradores em estados como o Rio Grande do Sul, o quinto maior da federação (MEIRELLES e ATHAYDE (2014) –, é comum se questionar onde e como elas começaram. Segundo Garrahan, Jones e Owusu (2015), as favelas surgiram no final do século XIX, oriundas de um processo de importação de negros que foram escravizados perpetrado em grande escala pelo Brasil entre os anos de 1532 e 1888, ocasião em que se deu a abolição da escravatura; o país foi o último da América Latina a decretar a libertação de homens e mulheres escravizados em seu território. (GARRAHAN, JONES E OWUSU, 2015). Muitos desses indivíduos, tendo passado a vida inteira ou boa parte dela à mercê de seus antigos donos, não possuíam relacionamentos externos nem qualificação efetiva para pleitearem trabalhos que lhes rendessem ganhos suficientes para estabelecerem propriamente uma moradia. Além disso, havia certo preconceito por parte dos ex-donos de escravos e de muitas pessoas em empregar ex-escravos, evidenciando o ranço da não aceitação da abolição ou, o que é pior, da não concepção do negro como indivíduo livre e possuidor de direitos – inclusive de trabalhar. Assim, muitos desses sujeitos, sem dinheiro e (literalmente) sem espaço na sociedade, passaram a viver em agrupamentos informais. Mas, segundo Bueno (2018), o primeiro assentamento informal – o primeiro a ser denominado como favela – de que se tem notícia foi o antigo Morro da Favela, formado por soldados ex-combatentes da Guerra de Canudos, confronto ocorrido entre 1896 e 1897 no interior da Bahia; esses homens foram levados do Rio de Janeiro para o nordeste para lutarem contra os ditos rebeldes sertanejos sob a promessa de receberem um pedaço de terra para construírem suas casas. Ao regressarem, após aniquilarem muitos dos seguidores do famigerado Antônio Conselheiro, boa parte desses soldados se deu conta de que a promessa que lhes foi feita não seria cumprida e posicionaram-se em frente ao Ministério da Guerra para protestar. Como suas reclamações não foram atendidas, estabeleceram-se no antigo Morro da Providência, o qual passaram a chamar de Morro da Favela, em menção a uma planta resistente e espinhosa (a dita mandioca-brava) que encontraram na região de Canudos. Para tanto, diz-se que eles valeram-se de pedaços de caixas de madeira para construírem suas acomodações no morro, já que seus recursos eram ínfimos. (BUENO, 2018).



Juntaram-se aos ex-soldados, então, mulheres que prestavam serviços como os de lavar, passar, cozinhar – algumas delas os haviam acompanhado em Canudos com essa finalidade, outras tornaram-se suas esposas, amantes, etc.; assim como moradores da zona deslocados da urbanização que crescia dia após dia. (GARRAHAN, JONES E OWUSU, 2015). Como as favelas não eram (e ainda não são) regulamentadas pelos governos locais, muitos espaços eram ocupados pelos indivíduos e por famílias inteiras. Por isso, a prática tornou-se comum em cidades que se configurariam grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro. Daí o espalhamento desse tipo de aglomeração, atrativas também por caracterizarem-se como moradias baratas. (GARRAHAN, JONES E OWUSU, 2015).

Assim, por conta do estabelecimento “irregular” e “livre”, as favelas passaram a assemelharem-se aos ditos assentamentos precários, sendo, inclusive, definidas como uma de suas modalidades, como se pode ver na definição de Queiroz Filho (2015):

A expressão “assentamentos precários”, por exemplo, foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (Brasil, 2010). Inclui: cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além dos conjuntos habitacionais degradados. Ainda conforme Brasil (2010), os assentamentos precários são porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum:

- O fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda.
- A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos. (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341).

O autor ainda diz que O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caracterizará as favelas de modo mais específico, denominando-as de “aglomerados de domicílios subnormais” (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341). As favelas, então, são tidas como “[...] um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais.” (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Outros autores apresentaram definições semelhantes, mas o que se pode notar entre todas elas é o tom de inferiorização – ainda que o eufemismo o disfarce – em muitas delas. Para Ferreira (1985), por exemplo, favela é um “conjunto de habitações populares, em geral toscamente construídas e usualmente deficientes de recursos higiênicos” (FERREIRA, 1985, p. 44). Segundo Parisse (1969), a favela é “habitação pobre, precária, agrupamento em 15 ou 20 unidades, no mínimo, instalada em terreno não utilizado pela construção organizada, isto é, fora da especulação imobiliária”. (PARISSE, 1969, p. 25). Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada diz que o termo “caracteriza-se (construções feitas com materiais perecíveis), como à oferta de infra-estruturas básicas (saneamento e drenagem), à ocupação (morfologia e tipologia) e à propriedade da terra.” (IPEA, 2001, p. 212).

A favela também denomina-se como tal por conta de irregularidades quanto ao seu estabelecimento físico, a saber: quanto à questão da propriedade – muitos terrenos são ocupados pelos futuros moradores, podendo ser tais localidades públicos ou privados; quanto à legislação de edificações, as construções não seguem os padrões previstos nos códigos próprios de obras prediais, determinando-se por questões como o espaço ocupado ou posteriormente adquirido pelo morador na ocasião da construção, os recursos de que ele dispõe, o número de membros de sua família, a finalidade da construção; no que se refere ao solo e ao parcelamento do solo, o que quer dizer que, muitas vezes, não são analisadas, antes do estabelecimento dos moradores, questões topográficas e de possibilidade de uma fundação segura do imóvel em determinada localidade – o que é ilustrado pela presença de construções em encostas ou áreas de risco em morros. (QUEIROZ FILHO, 2015).

No que tange à composição das construções/moradias presentes na favela, o que, de certa forma, se justifica por um início pautado na precariedade, Taschner (2001, p.13) citado por Queiroz Filho (2015, p. 342) afirma que favela é [...] **“todo o conjunto de unidades domiciliares constituídas de madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria,** em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam” [] para as pesquisas de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia



no mínimo 2 unidades habitacionais com as características mencionadas (TASCHNER (2001, p.13) citado por QUEIROZ FILHO (2015, p. 342). [grifos nossos]).

Vê-se, então, uma variabilidade nos diferentes tipos e constituições das casas. Algumas delas, inclusive, recebem nomes característicos, como barracos – bastante populares no âmbito da favela. Isso pode se dar em função do que Burgos (2002) vai dizer ao mencionar que: “[...] o complexo cultural-institucional da favela não é indiferente à impressionante reprodução dos padrões de desigualdade da sociedade brasileira.” (BURGOS, 2002, p. 24). Para o autor, nem todos os moradores vivem nas mesmas condições, chegando a caracterizarem – muitos deles – uma condição socioeconômica melhor do que a de muitas pessoas que vivem nas cidades ditas convencionais. Daí, possivelmente, os extremos entre a existência de construções de papelão e outras de alvenaria, por exemplo, configurando uma versão menor da dita arquitetura da exclusão.

A propósito dos materiais, outra questão pertinente de ser apresentada é a de que: Os materiais construtivos das casas devem obedecer três critérios principais: baixo custo, leves o suficientes para serem carregados nas costas dos pedreiros e pequeno o bastante para passar pelas vielas da favela. Como resultado, todas as casas são construídas com tijolos, pilares de concreto compõem a estrutura, as lajes são de vigotas e blocos cerâmicos e a cobertura quase sempre em telhas de amianto. (VEYSSEYRE, 2014, online).

Mas algo relevante a relatar, sobretudo no que concerne à arquitetura, é o processo de transposição das casas de madeira para as de alvenaria. Isso se deu pelo fato de que muitos moradores das favelas eram trabalhadores da construção civil nas ditas cidades formais, o que os influenciavam a reproduzir em suas habitações o que aprendiam nos canteiros de obras, ressignificando as técnicas de construção em seus espaços. (CORREIA, 1987). Vale salientar, no entanto, que muitas prescrições apontadas nos códigos urbanísticos que orientavam as obras da construção civil não eram consideradas em muitas construções na favela, a saber: a consideração de certa dimensão de escadas e vãos de iluminação e de ventilação; o não estabelecimento de



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

banheiros voltados para cozinhas e salas, ou mesmo de janelas em quartos; além de outras proposições, como as que se referem ao conforto térmico, por exemplo (CORRÊA, 1987). Apesar disso, no entanto, o bom senso prevalece em muitas situações, por isso, como grande parte das construções são verticais, deve-se manter a distância de pelo menos um metro entre as casas, evitando, inclusive, obstruir a vista dos moradores vizinhos, ou, por outro lado, abrir janelas que deem diretamente para a residência dos outros. Sobre as construções verticais, aliás, elas são um “símbolo” de prosperidade para os moradores, pois evidenciam o desenvolvimento econômico que lhes permite aumentar suas casas. Isso, inclusive, passa a ser um propósito familiar, que, muitas vezes, passa de pai para filho: o morador constrói sua residência estabelecendo uma laje, uma cobertura simples sobre a qual ele ou um descendente construirão outro piso. Uma vez prontas essas instalações em níveis, elas podem ser divididas entre a própria família, alugados os cômodos para os parentes ou destinadas para fins comerciais. (VEYSSEYRE, 2014).

Em função, então, de suas particularidades, a favela passa a configurar uma espécie de mundo paralelo ao dito “asfalto” (cidades formais), sobretudo no que se refere à sua configuração territorial. Aliás, segundo Burgos (2002), é isso que a particulariza em relação à cidade formal, mais do que seus próprios moradores, uma vez que, para o teórico, eles se integram social, cultural e politicamente à cidade formal.

É relevante mencionar também que o paralelismo que coloca a favela como um mundo à parte, específico e complexo, é o mesmo paralelismo que se evidencia nas relações entre os moradores, reflexo da “irregularidade” que se vê na estruturação física. Em outras palavras, do mesmo modo que o poder público e, propriamente, os códigos urbanísticos, não são implementados nos espaços da favela, expandindo-se esta de acordo com suas próprias organizações internas, também os arranjos sociais seguem uma lógica própria, o que se evidencia no estabelecimento de “administrações simultâneas”. Estas são representadas por associações de moradores, dirigidas, aliás, segundo Burgos (2002), por indivíduos que funcionam mais como cabos eleitorais de homens e mulheres que atuam na política pública institucionalizada na venda/troca de favores do que propriamente como líderes comunitários. Por conta disso também, com

a difusão do tráfico de drogas em muitos pontos dessas localidades, outro “sistema de gerência” foi constituído, caracterizando-se os chefes desse ramo como uma espécie de mantenedores da população, inclusive, na “observação e arbitragem” das associações de moradores, de modo que elas, de fato, representem os interesses da população e não de indivíduos externos. (BURGOS, 2002).

Considerando a favela dessa forma, pode-se correr risco de querer propor uma “adequação”, uma “normalização”, uma “regularização” a ela, tanto em seus aspectos sociais quanto estruturais, o que na verdade, seria uma intervenção autoritária (e violenta, sem dúvida), segundo Jacques citada por Araújo (2003), uma vez que a forma da organização das favelas é, como já sugerido, uma expressão estética de sua complexidade e pluralidade histórica, cultural, social e política. Como indica Araújo (2003) pela leitura que faz de Jacques, o arranjo da favela ultrapassa as proposições arquitetônicas convencionais, pois boa parte das habitações foram ou são construídas a esmo, de acordo com a circunstância, com a possibilidade, como se pode inferir pela observação de construções como as apresentadas nas imagens a seguir:

Figura 1: Imagem Favela I



Fonte: Arco (2018).

Figura 2: Imagem da Favela II.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL



Fonte: **Arco** (2018).

A favela, então, concebeu-se sem planejamento de tempo e espaço,

[...] trata da arquitetura do acaso, da coleta e reciclagem aleatória do material empregado na construção do abrigo do favelado. Caracterizado por uma reconstrução sem fim, sua temporalidade de construir, sempre incompleta, aproxima-se da experiência da bricolagem - cuja poesia vem justamente da incompletude [...]. Acontecimento, repetição, *différance*, alteridade, são conceitos apropriados para contrapor à produção dos arquitetos, que “espacializam o tempo”, com a dos favelados que “temporalizam o espaço”. Se o projeto dos arquitetos é repetição, é a repetição da diferença, noção de Fragmento, que se aplica à favela (ARAÚJO, 2003, p. 122-123).

Por isso, sua arquitetura própria, uma arquitetura da exclusão, é mesmo a arquitetura da diferença, a qual é ativa e cujo metabolismo acompanha as mesmas dinâmicas individuais e coletivas que configuram a vida de seus moradores. E, para além de um exotismo e da eventual pejoratividade em tomar a favela como um cortiço, como o de Aluísio Azevedo, vale dizer que não são as pessoas que pura e simplesmente compõem o grande organismo favela, mas, mais do que isso, é este organismo que concorre positivamente, acredita-se, para a delineação da identidade e da história de



cada um.

O gueto sul-africano: os resquícios urbanísticos do Apartheid

Falar das implicações do Apartheid é uma empreitada que demandaria não só umas, mas várias investigações específicas sobre o assunto, em virtude das consequências catastróficas advindas desse trágico episódio na história da humanidade. No entanto, considerando a perspectiva da arquitetura, buscou-se aqui mostrar como os guetos sul- africanos se estabeleceram em função de um processo de segregação que, posteriormente, em um exercício antropofágico, resultou em uma organização não só estrutural, mas identitária, tal qual se deu com as favelas brasileiras.

Segundo Silva (2006), o Apartheid, então, caracterizou-se como uma política de separação entre brancos e negros (inclusive, pela catalogação racial de crianças recém- nascidas) instalada na África do Sul e que durou quase cinco décadas. A minoria branca, advinda do processo de colonização, perpetrado, sobretudo, pelos ingleses, detinha o poder político e econômico e subjugava a população negra, que deveria subordinar-se às regras separatistas; entre outras coisas, elas proibiam o voto, a aquisição de terras pelos negros e seu relacionamento sexual e afetivo com os brancos, bem como os obrigava a viver em áreas demarcadas dos territórios (ao mesmo tempo em que os bania dos espaços frequentados por brancos, estimulando, ainda, as separações tribais a fim de enfraquecer eventuais agrupamentos e possíveis levantes contra o poderio de uma elite branca). Esse cenário de discriminação só passou a ter um fim com a luta e o trabalho de Nelson Mandela, líder de um levante negro não-violento que, após passar vinte e sete anos na prisão por conta de um julgamento duvidoso, tornou-se presidente da África do Sul. (SILVA, 2006). Não obstante o fim do Apartheid, alguns resquícios de sua existência ainda se manifestam na África do Sul, como se vê em Silva (2006):

Entre 1948 e 1994, o Partido Nacional, dominado por brancos africânderes, classificou a população oficialmente em brancos, africanos, indígenas e de cor, **criando fronteiras raciais estritas em cada esfera da vida social: padrões residenciais**, distribuição e organização ocupacionais. Desde o desmantelamento do apartheid, com a eleição, em 1994, do Congresso Nacional Africano (CNA), os negros, em particular os africanos, vêm ganhando cada vez mais acesso ao poder



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

político, mas a riqueza permanece concentrada entre os brancos, e os negros estão sobre-representados entre os segmentos mais pobres. (SILVA, 2006, p. 137) [grifo nosso].

Os guetos, ou os chamados *townships* (ou *inner cities*, em algumas cidades europeias, por exemplo), constituíram-se, então, como espaços de reunião e moradia de negros que eram proibidos de residirem e de circularem por lugares frequentadas por brancos; caracterizaram-se, então, como lócus de aglomeração de muitos militantes da causa contra a segregação.

Figura 3: Área de moradias precárias, em Joanesburgo, África do Sul.



Fonte: Pena (2018).

Talvez o mais famoso deles seja o bairro de Soweto (junção das sílabas iniciais de South Western Townships), em Joanesburgo, conhecido por ser também o reduto das primeiras lutas políticas na época do Apartheid (destaque para a Revolta de Soweto, em meados de 1976). Não obstante contar com cerca de quatro milhões de habitantes, em um país que se encontra em franco desenvolvimento econômico, muitos moradores de Soweto vivem ainda em condições de profunda precariedade, sem ter nem mesmo acesso a serviços como energia elétrica, saneamento básico e educação pública. Muitas pessoas ainda residem em barracos de madeira, sendo, muitas vezes, acometidos por incêndios que se alastram rapidamente pelo entorno, haja vista a proximidade e a constituição similar das casas (algo bastante recorrente também em guetos da Cidade do Cabo, por exemplo). Por conta desses incidentes, iniciativas governamentais foram implementadas e passaram a ser construídas casas de



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

alvenaria resistentes ao fogo. Isto, porque tais habitações são feitas com fibra de cimento – cimento reforçado com fibra de vidro; popular por ser de fácil manipulação e transporte, por ser resistente ao mofo, cupins e fogo, bem como por bloquear a umidade –, que resiste por 45 minutos à exposição às chamas, permitindo que o morador retire os móveis e outros itens de valor. As casas são construídas rapidamente, de modo geral, e vendidas a preços acessíveis para a população. (LUZ, 2013).

Apesar das ações políticas, muitos moradores, sobretudo, os jovens, continuam se levantando contra o governo, pois atestam que a subjugação negra ainda permanece, à medida que lhes são negadas a igualdade e a efetividade no acesso aos direitos, bens e serviços e, principalmente, ao emprego e à dignidade. (GASCÓN, 2014). As manifestações também são provocadas pela corrupção crescente no país, a qual, segundo Gascón (2014), é praticada por governantes oriundos do Congresso Nacional Africano, participante da derrubada do Apartheid. Com isso, o problema das desigualdades socioculturais (e porque não dizer étnicas) só aumentaram, uma vez que a demanda por moradia digna, por exemplo, era maior do que a capacidade de atendimento do governo. Por essa razão, alternativas temporárias – mas que acabaram se tornando permanentes para muitos – foram adotadas, como a construção de casas de chapas, organizadas em filas e separadas por pequenas ruas, construções estabelecidas em regiões como a Cidade do Cabo; Blikkiesdorp é um desses bairros de habitação temporária:

Comparado com os bairros de barracos tradicionais, onde as construções se amontoam de forma caótica, em Blikkiesdorp as estruturas de chapa são ordenadas em fileiras separadas por ruas, em bairros do A ao Q, uma estrutura de um cômodo por família, uma torneira e uma latrina para cada quatro. Mais de 1.200 habitantes. Oficialmente é um refúgio criado pela Cidade do Cabo para famílias sem moradia, até que o governo sul-africano lhes construa uma. Chama-se campo de alojamento transitório, embora ninguém saiba quantos anos terá de viver nesse povoado de alumínio. (LADEM, 2010, online).

A forma como muitas das aglomerações sociais formadas por negros (mas também por muitos brancos, na atualidade) se apresentam, portanto, em muitas localidades na África do Sul caracteriza uma precariedade e indica, de certa forma, a continuidade da separação, só que com um cunho mais sociopolítico; isto, por conta da evidente



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

negligência com que é tratada a questão da falta de acesso a bens e serviços básicos por parte dessa população, bem como pela conclusão de que muitas dessas aglomerações são, na realidade, a fatura “negativa” de um processo de colonização tardiamente finalizado e que acabou por deixar sequelas irreparáveis – milhares de habitantes relegados geográfica, social, cultural e economicamente à margem da sociedade. Por isso interessa tanto saber como o gueto sul-africano, assim como ocorre com a favela brasileira, encerra um tipo de amálgama identitário inerente aos seus moradores, uma forma de resistência que passou a ser tão expressiva (não só pela presença do gueto, mas também de outras formas de estabelecimento estrutural do negro) a ponto de suscitar nomenclaturas como urbanismo negro (GOODWIN, 2011, online).

A favela e o gueto como espaços de resistência e de representação identitária

Ao proceder à breve pesquisa teórica para a escrita desse trabalho, não raro deparou-se com uma série de perspectivas que vitimizam ou, pelo menos, sugerem um compadecimento em relação ao morador tanto da favela quanto do gueto pelo simples fato de lá residirem. Em uma das fontes visitadas, inclusive, passível da interatividade por meio de comentários (o que é bastante comum no contexto das mídias sociais que também concorrem para a produção e difusão do saber na atualidade), um dos colaboradores atestou a necessidade de se adequar as favelas às normas urbanísticas, sociais e outras, chegando mesmo a sugerir o seu fim. Esse tipo de pensamento é compreensível (porém não aceitável) à medida em que se observa, como atesta Goodwin (2011), que para muitos a favela e mesmo o gueto – não obstante sua ressemantização turística (até um pouco exótica, diga-se de passagem) – são vistos, assim como seus habitantes, como uma mancha na urbanidade das cidades.

Existem alguns trabalhos positivos e construtivos sobre a guetificação, mas de qualquer forma é uma perspectiva limitada, porque mesmo em sua forma mais positiva, coloca a presença negra como uma mancha na paisagem. O gueto é visto como um espaço não produtivo, um tipo de problema, e o sujeito negro é



frequentemente construído como uma espécie de vítima, um objeto a ser estudado. (GOODWIN, 2011, online).

Mas muitas dessas abordagens teóricas se tornam improcedentes à medida que se estabelecem apenas sob a perspectiva de favela e gueto como lócus de marginalizados, de indivíduos segregados por alguma razão (social, étnica, cultural, econômica, pela cor da pele) em uma dita “cidade formal” ou em uma urbanidade convencional. Dito desse modo até parece que muitas dessas pessoas estão ali por falta de opção ou que lhes é estranho viver ali. Mas, por mais que seja difícil entender, para muitos, aquela localidade é sua única zona de conforto, é o único berço que (re)conhecem. O fato de insubordinarem-se contra a exploração, contra a corrupção e contra a negação de direitos que tornam suas vidas mais difíceis não quer dizer que reneguem, necessariamente, o lugar onde vivem. Para muitos, inclusive, o espaço de onde falam lhes autoriza um discurso – que vem do morro ou do mangue – para reclamar seus direitos e, sobretudo, para se expressarem em quaisquer instâncias, em quaisquer situações; o que caracteriza um jeito de ser e um jeito de viver que não requerem mudanças, justamente porque evidenciam uma identidade em relação a outros indivíduos, como os do asfalto, por exemplo:

Quanto mais a favela é “favela”, mais ela deixa de ser mero aglomerado habitacional, consolidando em seu interior um microsistema sociocultural, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais e de interações sempre particularizadas com as instituições das cidades. (BURGOS, 2002, p.22).

Uma identidade que explicita a influência e a pertença local, como se vê no trecho do Prefácio da coletânea de contos *Os ricos também morrem*, do escritor paulistano Ferréz, autodenominado escritor da favela:

Eu tenho um prefácio a fazer, uma responsabilidade a cumprir. Descendo a estrada de Itapeperica para o Jardim Amália, ia repetindo a frase, do mesmo jeito que criei todos os contos para o livro. Agora eu tinha um prefácio a fazer, e estava fazendo do mesmo jeito que havia escrito cada texto, jogando as palavras nas vielas, pronunciando as frases pelos becos, as mesmas palavras que lambiam os barracos de madeira, que também escorriam como a água que desce para o córrego. (FERRÉZ, 2015, p.7).

Trata-se mesmo de uma forma de resistência que, repete-se, não obstante as dificuldades prementes de cada um desses espaços, se evidencia contra uma



tentativa de homogeneização, o que não é nem um pouco possível e chega a ser utópica, haja vista a diversidade mesmo dentro das ditas sociedades formais.

No que tange à arquitetura, propriamente, pode-se dizer que a presença de guetos e favelas são, portanto, uma das mais férteis manifestações do que se poderia chamar de *urbanismo negro*, para usar o termo de Goodwin (2011):

Urbanismo negro pode ser pensado como uma maneira de compreender o lado produtivo da presença negra. Por produtivo eu não necessariamente quero dizer “positivo” – é dialético e cheio de contradições. Há muita miséria, muitos problemas com a “patologia do gueto”, não nego isso. Mas o outro lado desta dialética é uma energia mais positiva, criativa e afirmativa que é o produto desta mesma desvantagem e marginalidade. Esses dois fenômenos não podem existir um sem o outro. (GOODWIN, 2011, online);

são profícuas e dialógicas formas de reflexão, de discussão e de representação da pluralidade da urbanidade que, na realidade, é muito mais “informal” na atualidade, no que se refere à sua multiplicidade.

Considerações Finais

É sabido que as desigualdades sociais correspondem à realidade em muitas nações no mundo todo, podendo ser maior ou menor acentuadas nos diferentes países. No entanto, ao analisar as similaridades entre as dificuldades para a manutenção da vida digna e questões concernentes à estereotipação popular associadas aos moradores tanto das favelas brasileiras quanto dos guetos sul-africanos, pode-se concluir que isso se dá pelo fato de ambos os contextos partilharem o mesmo passado histórico de exploração colonial.

Como se pode detectar em outras partes do mundo que também passaram pela triste experiência da colonização predatória, Brasil e África do Sul, reservadas as suas particularidades, sofreram algumas das mais cruéis formas de subjugação humana, a escravidão e a subalternação em função da cor da pele e, mais do que isso, da ganância exploratória que se valeu da justificativa da raça/etnia para assaltar vidas e territórios inteiros. Como reflexo disso, os guetos e as favelas se estabeleceram como reduto dos marginalizados, dos descartados, dos desajustados, dos esquecidos, os quais, haja vista o hiato cada vez mais crescente entre as diferentes classes sociais,



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

aumentaram proporcionalmente ao desejo desenvolvimentista que afetou também esses territórios (seus governantes e elites). No entanto, para a apresentação e uma urbanidade harmônica, condizente com esse novo cenário progressista, ostentado pelas grandes cidades, o aspecto de uma cidade “formal”, “normal” e livre das manchas sociais, culturais, econômicas e arquitetônicas marginais se faz necessário; daí o incômodo que a favela e o gueto promovem para muitos dos ditos habitantes do asfalto. Um incômodo que tornou-se marca de identidade e de resistência para muitas dessas populações.

Assim, a favela e o gueto se fazem perceptíveis por um discurso próprio, que delata uma história de subordinação que impossibilitou o acesso igualitário de brancos e negros aos mesmos espaços de uma sociedade hoje fomentada pelas elites, inclusive governamentais. Um discurso que é audível, mas também provocativamente imagético, expresso pelas tortuosas linhas estruturais da arquitetura da exclusão que se impõe à modernidade urbana.

Referencias

ARAÚJO, Anete. Estética da Ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Resenhas. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v.6, n.1, p.122-123, 2003.

ARCO. **Imagem de Favela I**. Arquiteto desenvolve soluções para melhorar conforto ambiental em favelas. Disponível

em:<<https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/arquiteto-cria-solucoes-para-melhorar-conforto-ambiental-em-favelas>>. Acesso em 20 set. 2018.

_____. **Imagem de Favela II**. Arquiteto desenvolve soluções para melhorar conforto ambiental em favelas. Disponível em:<<https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/arquiteto-cria-solucoes-para-melhorar-conforto-ambiental-em-favelas>>. Acesso em 20 set. 2018.

BUENO, Eduardo. **A história da primeira favela do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9fx9p-tvD0s>. Acesso em 20 set. 2018.

BURGOS, M. B. **A Utopia da Comunidade**: Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio/ Loyola, 2002.

CORREIA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.) **Brasília: ideologia e realidade, espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985, p 43-56.

FERRÉZ. **Os ricos também morrem**. São Paulo: Planeta, 2015.

GARRAHAN, Sara; JONES, Julia; OWUSU, Jay. **O que é favela?** 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxwTqGzCUyc>. Acesso em 20 set. 2018.

GASCÓN, Marcel. **Guetos sul-africanos voltam a ferver 20 anos após apartheid**. 2014. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/guetos-sul-africanos-voltam-a-ferver-20-anos-apos-apartheid/>>. Acesso em 20 set. 2018.

GOODWIN, Paul. **Urban Africa: Office/MA, Urbanismo Negro**. 2011. Disponível em: < <http://www.buala.org/pt/cidade/urban-africa-officema-urbanismo-negro>>. Acesso em 20 set. 2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**: instrumentos de planejamento e gestão urbana em aglomerações urbanas. Uma Análise comparativa. V.1. Brasília: IPEA, 2001, p. 212.

LADEM. LABORATÓRIO DE DEMOGRAFIA E ESTUDOS POPULACIONAIS. **Milhares de sem-teto sobrevivem em casebres de alumínio na África do Sul**. 2010. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ladem/2010/05/15/milhares-de-sem-teto-sobrevivem-em-casebres-de-aluminio-na-africa-do-sul/>>. Acesso em 2018.

LUZ, Natália da. **A busca por alternativas que amenizem as fragilidades das favelas sul-africanas**. 2013. Disponível em: < <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/a-busca-por-alternativas-que-amenizem-as-fragilidades-das-favelas-sul-africanas>>. Acesso em 20 set. 2018.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014. 167 p.

PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro**: evolução – sentido. Rio de Janeiro: Caderno do CENPHA 5, 1969, p. 231.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Área de moradias precárias, em Joanesburgo, África do Sul**. Urbanização na África. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/urbanizacao-na-Africa.htm>>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 7, n.3, p.340-353, set./dez. 2015.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo**



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Social – Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, p.131-165, nov. 2006.
VEYSSEYRE, Solène. **Estudo de caso:** as regras tácitas na construção de favelas.
2014. Disponível em:< <https://www.archdaily.com.br/br/625874/estudo-de-caso-as-regras-tacitas-da-construcao-nas-favelas>>. Acesso em 20 set. 2018.